



Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação

ISSN: 1809-5844

ISSN: 1980-3508

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)

Romancini, Richard; Castilho, Fernanda
“Como ocupar uma escola? Pesquisa na *Internet*”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil

Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. 40, núm. 2, 2017, Maio-Agosto, pp. 93-110

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)

DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-5844201726>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69869355006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

“Como ocupar uma escola? Pesquisa na *Internet!*”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil

“How to Occupy a School? I Search the Internet!”: participatory politics in public school occupations in Brazil

“¿Cómo ocupar una escuela? Yo busco en Internet!”: la política participativa en ocupaciones de escuelas públicas en Brasil

DOI: 10.1590/1809-5844201726

Richard Romancini

(Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Comunicações e Artes. São Paulo - SP, Brasil)

Fernanda Castilho

(Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Comunicações e Artes. São Paulo - SP, Brasil. Governo do Estado de São Paulo, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Faculdade de Tecnologia Padre Danilo José de Oliveira Ohl. Barueri – SP, Brasil)

Resumo

O movimento das ocupações das escolas públicas no estado de São Paulo, realizado por jovens estudantes no final de 2015, marcou mais uma série de protestos reivindicatórios por melhores condições de ensino no Brasil. Nestes eventos, os adolescentes participantes ganharam voz ao utilizar as mídias como espaço de mobilização, criando conteúdos que serão analisados neste artigo à luz do conceito de política participativa (COHEN; KAHNE, 2011; JENKINS, 2016) e sua interface com juventude e tecnologias. Tal proposta engloba a análise sistemática da produção dos ativistas (textos, imagens e vídeos) em 42 páginas da rede social Facebook, com objetivo de perceber o uso das mídias e seu papel no contexto mobilizatório. A intersecção entre cultura popular, engajamento afetivo e luta política, evidenciada pelas análises, foi um dos principais resultados do trabalho.

Palavras chave: Juventude. Mobilização. Engajamento. Midiativismo. Política Participativa.

Abstract

The movement to occupy public schools in the state of São Paulo, carried out by teenage students at the end of 2015, marked yet another series of protests demanding better teaching conditions in Brazil. Adolescents gained a new voice in these events by using the media as a space of mobilization, creating content that will be analyzed in this paper in the light of the concept of participatory politics (COHEN; KAHNE, 2011; JENKINS, 2016) and its interface with youth and technologies. This proposal includes the systematic analysis of the activists' production (texts, images and videos) in 42 pages of the Facebook social networking site, with the aim of understanding the use of the media and

its role in mobilization. The intersection between popular culture, affective engagement and political struggle, evidenced by the analyses, was one of the main outcomes of the work.

Keywords: Youth. Mobilization. Engagement. Media Activism. Participatory Politics.

Resumen

El movimiento de las ocupaciones de escuelas públicas en el estado de São Paulo, realizado por jóvenes estudiantes a finales de 2015, marcó el inicio de una nueva serie de protestas por mejores condiciones de enseñanza en Brasil. En estos eventos, los jóvenes participantes han adquirido una voz para utilizar los medios de comunicación como un espacio de movilización, creando contenidos que serán analizados en el presente artículo, a la luz del concepto de política participativa (COHEN; KAHNE, 2011; JENKINS, 2016) y su interfaz con los jóvenes y la tecnología. Esta propuesta incluye un análisis sistemático de la producción de los activistas (textos, imágenes y vídeos) en 42 páginas de la red social Facebook, con el objetivo de entender el uso de los medios de comunicación y su papel en el contexto movilizador. La intersección entre la cultura popular, el compromiso afectivo y la lucha política, como lo demuestra el análisis, fue uno de los principales resultados del trabajo.

Palabras clave: Juventud. Movilización. Compromiso. Mediativismo. Política Participativa.

Introdução

Novembro de 2015 marcou o início de mais uma série de manifestações organizadas pela juventude brasileira, revelando a força das novas formas de ativismo (nas quais o uso da mídia possui teor relevante) e seu notável potencial de mudança ao intervir nas políticas públicas. Dessa vez, jovens estudantes, nomeadamente entre 14 e 18 anos, se mobilizaram para realizar um movimento caracterizado pela ocupação das escolas, no qual os adolescentes foram ou permaneceram nestes locais, acampando por tempo indeterminado, ou seja, até que suas reivindicações fossem atendidas. A principal inspiração veio de um movimento análogo dos estudantes chilenos (*Rebelião dos Pinguins*), ocorrido em 2006, particularmente em termos das estratégias de mobilização. Os jovens brasileiros adaptaram uma cartilha de estudantes chilenos e argentinos com recomendações sobre “Como ocupar um colégio”¹ e uma das palavras de ordem de suas passeatas no Brasil foi: “Isto aqui vai virar o Chile”.

No caso específico dos estudantes paulistas em 2015², esteve em causa o anúncio do processo de reorganização escolar pelo Governo do Estado de São Paulo que, ao propor divisão das escolas públicas por ciclos (*Ensino Fundamental*, que compreende os nove primeiros anos de escolarização no Brasil, e o posterior *Ensino Médio*, de três anos), também previa o fechamento de 93 unidades. A medida era justificada pelo governo em

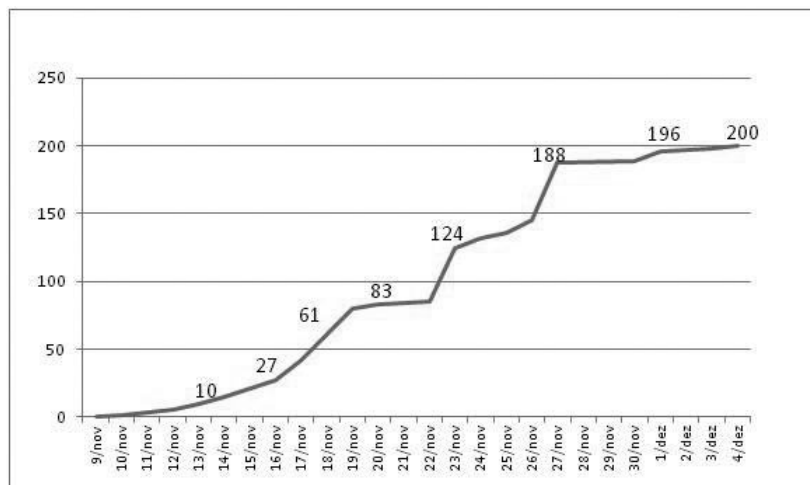
1 A cartilha foi produzida pelos estudantes do coletivo *O Mal Educado*, e está disponível no *blog* do grupo (<https://goo.gl/q0tJRW>). É interessante notar que essa cartilha foi produzida no final de 2013, bem antes das ocupações tornarem-se uma realidade.

2 As ocupações nas escolas de São Paulo motivaram, posteriormente, ações em outros estados brasileiros. A estratégia de “ocupação” passou a fazer parte do repertório dos movimentos estudantis. Neste trabalho nos detemos no caso paulista de 2015.

termos de melhorias pedagógicas nas escolas separadas por ciclos. Porém, a compreensão dos estudantes foi de que, além de não discutida com a sociedade, a reorganização iria trazer prejuízos à educação, resultando na superlotação de classes, situação já vivenciada por muitos deles.

Inicialmente, o governo estadual se contrapôs aos protestos, acusando os estudantes de terem “motivações políticas”³ e reprimindo as manifestações, inclusive com a utilização da Polícia Militar. No entanto, parte da população passou a apoiar os chamados secundaristas, enquanto as ocupações aumentavam com o passar dos dias, como mostra o Gráfico 1, cuja fonte dos dados indica um total de 219 escolas ocupadas no estado de São Paulo, até 4 de dezembro de 2015. O governo cogitou “desmoralizar” o movimento estudantil, utilizando “ações de guerrilha”, conforme os termos do chefe de gabinete do Secretário de Educação, num áudio de reunião “vazado” por um canal de mídia independente⁴. Porém, a resistência dos estudantes e o descontentamento popular com a proposta afetaram a popularidade do governador⁵, levando-o, após sucessivos recuos, a anunciar a revogação do plano de reorganização escolar, em 4 de dezembro de 2015. A partir desta vitória, os estudantes passaram a desocupar as escolas, processo que durou até meados de janeiro de 2016⁶.

Gráfico 1 - Ocupações das escolas públicas em São Paulo - 2015*



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Centro de Mídia Independente de São Paulo⁷.

* 19 escolas não possuem a informação da data de início da ocupação.

3 “O que querem os alunos nas ocupações das escolas de São Paulo”. Disponível em: <https://goo.gl/iasX04>. Acesso em: 28 nov. 2016.

4 “Governo de SP fala em ‘ações de guerra’ contra ocupações em escolas” (G1, 30 nov. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/RRFJ4v>. Acesso em: 28 nov. 2016).

5 “Popularidade de Alckmin cai e vai a 28%, aponta Datafolha” (G1, 4 dez. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/moKQTD>. Acesso em: 28 nov. 2016).

6 “Desocupadas as últimas duas escolas estaduais de SP, diz secretaria” (G1, 19 jan. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/b0B0OL>. Acesso em: 28 nov. 2016).

7 “Escolas Estaduais Ocupadas em SP #OcupaEscola” (Centro de Mídia Independente de São Paulo, 14 de dez. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/WVvga7>. Acesso em: 28 nov. 2016).

Também em termos análogos, as ocupações escolares tiveram várias similaridades com o movimento conhecido como *Jornadas de Junho* ou *Primavera Brasileira*, de 2013. Entre elas, destacamos: 1) a eclosão, em grande medida, inesperada; 2) o teor horizontalizado das mobilizações, sem a presença predominante de lideranças institucionais de partidos políticos ou do próprio movimento estudantil; 3) passeatas convocadas pelas redes sociais, com uso das ferramentas digitais da *Internet*. Ortellado (2016) defende que a mobilização dos secundaristas foi o primeiro desdobramento mais efetivo dos protestos de junho, notando que a natureza das reivindicações era similar na sua crítica ao modelo representativo tradicional e na defesa dos direitos sociais – no caso dos estudantes, relacionados à educação.

Melucci observa que o “antagonismo dos movimentos juvenis é eminentemente comunicativo do ponto de vista de sua natureza” (2007, p.40), o que é certo em relação ao movimento dos estudantes paulistas, no qual houve uma grande produção midiática antes, durante e após a ocupação das escolas, realizada pelos estudantes e por indivíduos que apoiaram a causa. Acreditamos que a análise desta produção pode favorecer a compreensão de como os jovens se relacionam com a mídia.

Assim, tendo como objetivo geral observar o uso das mídias no contexto das ocupações, investiga-se a produção midiática dos jovens participantes, com a preocupação de perceber se e em que medida a utilização das mídias pelos estudantes aproxima-se do conceito de “política participativa” (COHEN; KAHNE, 2011; JENKINS, 2016).

Tal preocupação é justificada em termos da importância de compreendermos um fenômeno contemporâneo com implicações que se relacionam às áreas das políticas de educação e de comunicação, bem como cidadania.

Questões de pesquisa e abordagem metodológica

O trabalho procura construir conhecimentos em relação ao fenômeno em análise e é possível sintetizar suas principais preocupações nas seguintes questões de pesquisa:

- Como as linguagens midiáticas (vídeo, imagem e texto) foram utilizadas pelos jovens? Qual o papel desses meios no contexto mobilizatório?
- É possível estabelecer relações entre a utilização das mídias pelos estudantes e o conceito de “política participativa”? Se sim, quais?

Os estudantes e aqueles que os apoiavam usaram diversos serviços e tecnologias digitais (WhatsApp, Twitter, Instagram etc.), no entanto, a rede social Facebook foi o instrumento principal para a mobilização, com o desenvolvimento de páginas mais gerais de apoio ao movimento, bem como das dedicadas especificamente à ocupação de determinada escola⁸.

8 A importância do Facebook é ilustrada por uma postagem feita nesta rede: “Sobre a aparição da [equipe da emissora de televisão] rede globo aqui no portão: Nós não queremos mídia, a única mídia que teremos será essa página oficial onde não podem distorcer nada que falarmos!” (Escola Emygdio de Barros, 25 nov. 2015).

No desenho metodológico do trabalho optamos pela análise de dados quantitativos⁹ (postagens, localização das páginas etc.) e qualitativos (conteúdos das publicações) extraídos dessas páginas de Facebook de escolas ocupadas. Além dessas fontes de dados, utilizamos informações de um grupo de foco realizado com seis jovens do sexo feminino¹⁰ que, de alguma forma, participaram do movimento, além de outras fontes, como matérias da imprensa e documentário audiovisual, que trazem informações a respeito das ocupações.

Tendo em vista o exposto, procuramos discutir as problemáticas relacionadas à temática a partir da seguinte ordem: 1) exposição do conceito de “política participativa” e sua interface com a tecnologia e os jovens; 2) apresentação das análises do trabalho; 3) exposição de algumas considerações finais.

Internet, juventude e política participativa

Alguns dos tópicos destacados pela literatura que debate as transformações provocadas pelos novos meios de comunicação, particularmente a *Internet*, na política e nas formas de atuação dos movimentos sociais são: 1) o uso da *Internet* depende das lógicas dos grupos que a utilizam, relacionando-se aos propósitos de adoção da rede pelo movimento e ao contexto social em que se dá o uso da rede (MAIA, 2011); 2) a comunicação digital tem favorecido aspectos como a realização de campanhas que objetivam mudar o entendimento social sobre certos temas, a articulação global de ativistas e a produção/distribuição de mídias alternativas e táticas, que podem estabelecer contraponto às perspectivas dos meios tradicionais e agendá-los (MAIA, 2011); 3) em perspectiva similar, observa-se a necessidade de integrar à análise das mobilizações não apenas a mídia *mainstream*, mas também as interações dos movimentos contemporâneos com as novas mídias (PLEYERS, 2013); 4) a *Internet*, pela rapidez com que a informação é produzida e distribuída, torna-se um espaço público fundamental para que os atores sociais façam reivindicações e ampliem o alcance de suas ações, agregando agentes dispersos (MACHADO, 2007; CASTELLS, 2015); 5) porém, tais características (dinamismo e caráter aberto) paradoxalmente podem resultar no rápido desaparecimento das mobilizações; 6) a identidade difusa dos indivíduos na sociedade atual e no ambiente de rede (propício ao anonimato e à multiplicidade de identidades) pode dificultar a construção de identidades coletivas delimitadas para os movimentos sociais (MACHADO, 2007); 7) questões etárias, relacionadas à maior ou menor capacidade de uso da rede (alfabetização digital), estão ligadas à utilização da *Internet* como meio para o ativismo, assim como a infraestrutura de conexão das sociedades (MACHADO, 2007); 8)

9 Para tanto, foi usado o aplicativo *online Facebook Post Browser*, que permite a coleta das postagens.

10 Tal grupo foi realizado, somente pela coautora do sexo feminino, para favorecer a comunicação com as jovens, no dia 30 de novembro de 2016, em São Paulo. A dinâmica de discussão seguiu um roteiro com os seguintes eixos: motivações e cotidiano das ocupações; feminismo, e utilização das mídias. Os resultados dessas discussões foram utilizados nesse artigo de forma subsidiária, sendo mais explorados em outro trabalho (CASTILHO; ROMANCINI, 2017).

os mundos *online* e *offline* estão profundamente interligados e não podem ser dissociados, é a partir do *offline* que as pessoas intervêm nas redes e se apropriam do que ocorre nelas (CASTELLS, 2015); 9) o ambiente virtual aprofundou tendências de distanciamento de partidos e eliminação dos limites entre público e privado, pessoal/subjetivo e coletivo (SORJ, 2016).

Também é importante notar que as experiências sociais nas quais ocorre confluência entre mobilização política, juventude e tecnologias digitais possuem uma trajetória de mais de 20 anos. O evento pioneiro é a revolta zapatista, que eclodiu no México em 1994, liderada por um antigo líder do movimento estudantil do país. “A revolta zapatista, mais do que as armas, utilizou as novas tecnologias de comunicação para difundir suas palavras de ordem” (PORTILLO et al, 2012, p.140). Ou seja, a disseminação ideológica é destacada, sendo que o mesmo ocorreu em uma série de mobilizações, em todo o mundo, como a Primavera Árabe¹¹, o movimento espanhol 15M¹² e o *Occupy*¹³.

Esses eventos diferem tanto em termos dos contextos geográficos e das demandas, quanto na importância, em suas dinâmicas, dos três elementos destacados. Porém, do ponto de vista da *Internet*, ressalta-se o teor mais horizontalizado da comunicação digital, conforme as lógicas desses movimentos, assim como o uso da rede digital em estratégias de luta, nas quais o espaço virtual articula-se de maneira orgânica com o mundo *offline* – por exemplo, pelas convocatórias na *Internet* para mobilizações presenciais.

A efetiva ocorrência ou a expectativa de que ocorra uma associação entre a participação juvenil e o uso de tecnologias em movimentos sociais e políticos contemporâneos, como os mencionados, pode ser explicada pelos dados estatísticos que mostram índices maiores de adoção e uso de tecnologias de comunicação pelos indivíduos nas faixas etárias associadas à *juventude* de 15 a 29 anos¹⁴, bem como pela observação qualitativa que também destaca o valor que os jovens dão às tecnologias. Assim, é normal que, ao se envolverem em qualquer dimensão da política, os jovens façam uso de mídias, principalmente digitais. Martuccelli (2015) nota que, ainda que a maioria dos adolescentes e jovens não utilize a *Internet* com finalidades políticas, é nesse universo, “às vezes em relação aos meios de comunicação, que se expressam seu ativismo e suas ações culturais” (p.90).

11 Termo que agrupa o conjunto de protestos e revoltas populares no mundo árabe, ocorridas a partir de 2011, provocadas pela falta de democracia e crise econômica.

12 Também chamado de Movimentos dos Indignados, ocorreu na Espanha entre 2011 e 2012, aglutinando diferentes coletivos e cidadãos que protestavam contra a crise econômica e política do país, defendendo uma repolitização da cidadania.

13 Conhecido também como *Occupy Wall Street*, *OWS*, é um movimento que eclodiu nos Estados Unidos, em 2011, inspirando ativistas em outros países, com bandeiras similares, como o protesto contra as desigualdades sociais e a denúncia da influência do grande capital, em particular o financeiro, nos governos.

14 Vários indicadores sobre o uso mais intenso de tecnologias digitais pelos jovens no Brasil são dados pelos levantamentos do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, que estimam, por exemplo, que é o maior grupo etário que, percentualmente, já acessou à *Internet* é o dos indivíduos entre 16 a 24 anos (93%), e as faixas superiores apresentam queda contínua, chegando a apenas 20% entre as pessoas com mais de 60 anos (NÚCLEO, 2016, p.328). A faixa etária ao qual corresponde a “juventude” pode variar conforme o entendimento sobre essa categoria. No entanto, o Estatuto da Juventude brasileiro define os jovens como os indivíduos entre 15 e 29 anos (BRASIL, 2013).

A aproximação entre a vida privada e o engajamento político nas formas contemporâneas de ação realizadas pelos jovens é percebida por Pleyers (2013, p.92), que nota que as redes sociais são a mídia que oferece a melhor plataforma para esse individualismo expressivo. No mesmo sentido, Melucci (apud BROUGH; SHRESTHOVA, 2012) menciona a importância do *engajamento afetivo*, argumentando que a mobilização com vistas à mudança social só ocorre quando as necessidades afetivas e comunicativas, bem como o sentimento de solidariedade, coincidem com os objetivos coletivos, inclusive dos jovens, portanto, esses são fatores cruciais para o desenvolvimento identitário e ações coletivas subsequentes.

Ainda em termos de ativismo, o uso das mídias sociais como ferramenta de engajamento político pela juventude é apontado como modelo alternativo para o desenvolvimento de processos políticos mais amplos, fenômeno apontado por Jenkins (2016) como um verdadeiro retrato da democracia no século XXI. Peculiaridades do movimento *Occupy*, como a participação de cidadãos vestidos de zumbis, são interpretadas como modelos de *política participativa* por representarem uma provocação com metas principalmente discursivas, ou seja, de conscientização política. É nesse sentido que o autor define a política participativa como um ponto de intersecção entre *cultura participativa* (conceito já trabalhado por ele em outros textos) e participação política e cívica, lugar no qual a mudança política é promovida através de mecanismos sociais e culturais e não por meio de instituições políticas tradicionais (JENKINS, 2016).

É nessa intersecção entre cultura popular e ativismo via engajamento afetivo que se encontra a política participativa, ou seja, quando os indivíduos utilizam a cultura como forma de mobilização. Na revisão de literatura sobre política participativa realizada por Brough e Shresthova (2012), a ideia de envolvimento informal e cultural ou *cidadania cultural* possui uma forte ligação com a juventude, pois alguns jovens se tornaram mais civil e politicamente engajados, não com organizações governamentais, mas com interesses mais próximos do seu cotidiano. Esses modos de participação política são muitas vezes promulgados por meio de redes informais, não institucionalizadas e não hierárquicas e, principalmente, com o uso da *Internet* (BROUGH; SHRESTHOVA, 2012).

A política participativa é definida por Cohen e Kahne como “atos interativos, baseados em pares, através dos quais indivíduos e grupos procuram exercer voz e influência nas questões de interesse público” (2011, p.VI – Nossa tradução). A criação de grupos *online*, postagens em *blogs*, envio de vídeos cômicos (paródias, *remix* etc.) para redes sociais, todos com teor político, são alguns dos exemplos de atos da política participativa apresentados. Entre o conjunto de possibilidades de tais atividades, podemos destacar: 1) alcançar grandes audiências e mobilizar novos ativistas através das redes sociais de uma maneira rápida e barata; 2) estimular a criatividade e dar voz aos jovens, na medida em que os participantes produzem conteúdos usando vídeo, imagens e texto; 3) facilitar a

negociação com o poder político; 4) permitir maior independência em termos de informação política, ao contornar *gatekeepers* como editores de jornais, partidos políticos e grupos de interesse (COHEN; KAHNE, 2011). Por outro lado, em termos de limites da política participativa, observamos: 1) grupos mais favorecidos, especialmente em termos de classe, raça e escolaridade, possuem mais tendência ao envolvimento; 2) risco de desinformação em virtude das fontes de informação que são filtradas pelas redes sociais; 3) apenas uma minoria adere à política participativa, a maioria dos jovens continua pouco envolvida com as questões políticas; 4) risco dos proponentes privilegiarem a expressão individual e não a voz coletiva (COHEN; KAHNE, 2011).

A política participativa também pode envolver estratégias de *mobilização transmídia*, quando os jovens ativistas multiplicam e diversificam mensagens e canais de circulação, ampliando o potencial de propagação dos conteúdos mobilizatórios (JENKINS, 2016). Com cada plataforma contribuindo de forma diferente para distribuição das mensagens, a produção dos jovens pode ser acessada por grupos bastante diferentes, incluindo aqueles que são hostis à intenção original. Essa mobilização transmídia envolve, naturalmente, cocriação e colaboração de diferentes ativistas, por isso essas práticas midiáticas juvenis são participativas e não estão descoladas do movimento, pelo contrário, as mídias fazem parte dele.

A seguir, procuramos discutir a validade das teorias apresentadas na análise do caso.

A mídia produzida pelos estudantes das ocupações

A *Internet*, como já dito, foi o meio de veiculação de conteúdos privilegiado pelos estudantes das ocupações; dentre as 219 escolas com ocupações mapeadas no levantamento do Centro de Mídia Independente de São Paulo, 50 (23%) preocuparam-se em elaborar uma página do Facebook relacionada ao movimento. Antes de descrever a natureza das publicações, é interessante mostrar a sua proveniência. A Tabela 1 compara as regiões das escolas ocupadas e das páginas de Facebook das ocupações.

Tabela 1 – Escolas ocupadas e páginas de Facebook do movimento, por região

Região/Escolas – Facebooks	Capital	Região metropolitana	Interior e litoral	Total
<i>Escolas ocupadas</i>	87 (39,5%)	48 (22%)	84 (38,5%)	219 (100%)
<i>Páginas de Facebook</i>	29 (58%)	11 (22%)	10 (20%)	50 (100%)

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do Centro de Mídia Independente de São Paulo.

A queda percentual na comparação entre as escolas de cidades do interior e do litoral que fizeram ocupações (38,5%) e as que criaram páginas para divulgá-las (20%) sugere que questões de conectividade e de alfabetização digital, provavelmente, afetaram esses índices. Reforça essa ideia o dado de que, entre as escolas públicas do estado de São Paulo voltadas ao ensino médio, 85% das que estão em zonas urbanas possuem acesso à *Internet* com banda larga, enquanto nas escolas do meio rural esse índice é de 71%¹⁵. Assim, observa-se que os estudantes da capital, cidades próximas (região metropolitana) e mais especificamente zonas urbanas, têm mais possibilidade de mobilizar-se pela *Internet*, devido ao acesso.

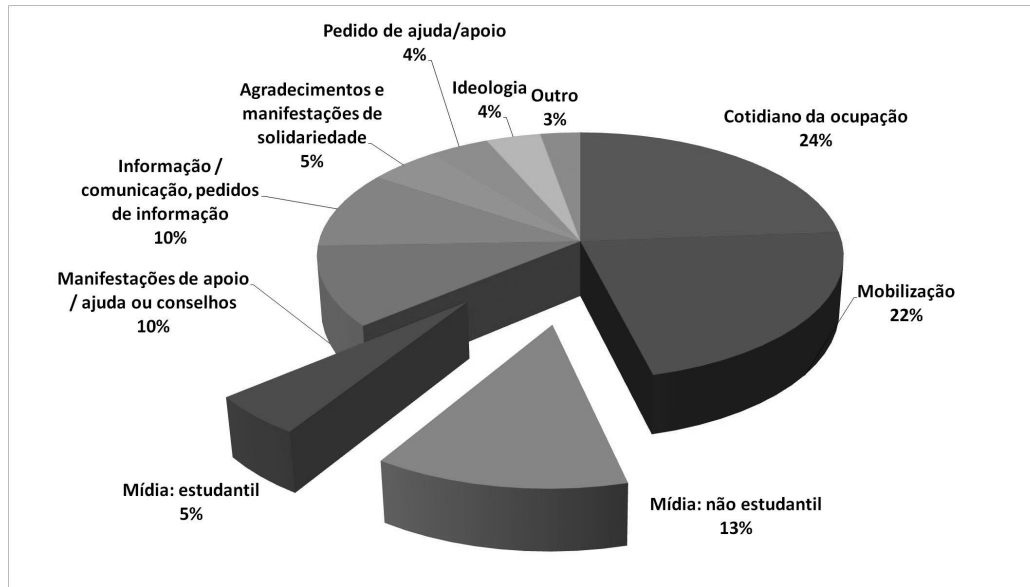
Quanto aos conteúdos, coletamos as publicações das páginas que estavam ativas em dezembro de 2016, ou seja, 42, pois oito delas estavam indisponíveis. A coleta de dados foi realizada no período de 1º de novembro de 2015 até 31 de janeiro de 2016, pouco antes do início das ocupações e algum tempo depois. Observou-se que a maioria das páginas tinha sido criada no contexto do movimento (com nomes como “Escola de luta”), algumas, porém, já existiam, tendo retornado ao padrão de informações sobre a escola após a ocupação.

Foram coletadas, ao todo, 4.800 publicações (postagens), com a seguinte ordem de grandeza, de acordo com as categorias do próprio Facebook: fotos (2.029, o que representa 42,5% do total), publicações textuais (*status*) (1.509 – 31,5%), vídeos (558 – 11,5%), compartilhamento de *links* (555 – 11,5%), eventos (149 – 3%). Nota-se, assim, que em termos da manipulação de linguagens midiáticas houve diversidade, com a observação de que geralmente as postagens possuem textos, mesmo quando classificadas em outra categoria. A média de publicações foi de 114 publicações por página no período (cerca de 1,2 publicação por dia), sendo que a página que fez mais publicações teve 248 delas. Uma estimativa grosseira do alcance destas páginas (entre outros motivos pela contagem ter sido posterior ao evento) é a soma de curtidas (*likes*) de todas elas, que resulta em cerca de 75 mil, com uma média de 1.785 para cada página. A página que teve mais curtidas recebeu 12.451.

Ao fazermos uma classificação por categorias de conteúdo das publicações, a partir das preocupações do estudo, chegamos ao resultado mostrado no Gráfico 2, no qual se percebe que três grandes categorias – *Cotidiano da ocupação*, *Mobilização* e *Mídia* (que possui as subcategorias *Estudantil* e *Não estudantil*) – obtiveram 64% do total de postagens.

15 Dados do Censo Escolar/INEP 2015, processados a partir da base de dados educacionais QEDu (<http://www.qedu.org.br/>). Acesso em: 28 nov. 2016.

Gráfico 2 – Categorias das postagens das páginas das ocupações



Fonte: Elaboração dos autores.

De certa maneira, essas três primeiras categorias – que, pelas características do estudo, serão as únicas detalhadas – estão, muitas vezes, inter-relacionadas e a classificação de uma postagem numa única categoria, conforme o método utilizado, justifica-se sobretudo em termos de exposição – a classificação dos conteúdos em diferentes categorias poderia dar a apresentação uma complexidade desnecessária, em relação aos objetivos do estudo. Pode-se dizer que *todo* o empreendimento das páginas das ocupações é mobilizatório e associado à desconfiança no interesse das empresas de mídia tradicionais retratarem o movimento com fidelidade. Como vimos na discussão teórica, a ideia de que a mídia digital produzida por ativistas tem o potencial para ser um contraponto aos grandes meios de comunicação é uma característica de movimentos como o dos secundaristas paulistas.

Daí o fato de podermos agrupar na categoria *Cotidiano da ocupação* o maior número de postagens, que procuram mostrar que as ocupações eram feitas por jovens preocupados com suas escolas e com a educação, não sendo “desordeiros”, como determinados críticos tentavam caracterizá-los. Como disse uma das estudantes no grupo de discussão, a mídia tradicional tendia a “fazer seus pais acreditarem que você estava fazendo baderna na escola”. Os conteúdos da categoria *Cotidiano da ocupação* compreendem descrições e depoimentos sobre o dia a dia das ocupações (inclusive os conflitos com a polícia e com os gestores escolares), com grande número de postagens nas quais os estudantes mostram a realização de limpeza e reforma do espaço, bem como a organização, divulgação e comentários sobre as diversas atividades educativas, culturais e esportivas promovidas por eles nesse período.

Na categoria *Mobilização* foram agrupadas as postagens que possuem os objetivos de provocar engajamento, adesão, entusiasmo pela luta e sentimento de orgulho pela participação na mesma. Desse modo, caracteriza-se por palavras de ordem – “Ocupar, Resistir e Evoluir !!!” (Escola Emydgio de Barros, 26/11/2015), “Escola ocupada é Escola encantada!” (Escola Caetano de Campos – Consolação, 19/11/2015) – associadas ou não a fotografias (nesse caso, como mostra a Figura 2), e pelas convocações aos atos representativos do movimento.

Figura 1 – Exemplo de postagem da categoria *Cotidiano da ocupação*



Fonte: <https://goo.gl/ykL3f7>.

Figura 2 – Exemplos de postagens da categoria *Mobilização*



Fonte: <https://goo.gl/Cn1832> e <https://goo.gl/0LStfb>.

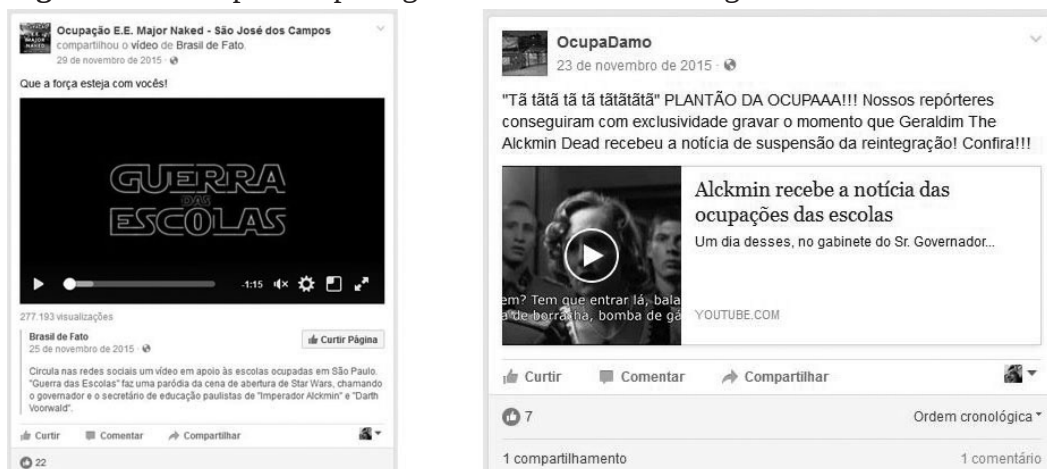
Em relação à categoria *Mídia*, com as subcategorias *Não estudantil* e *estudantil*, vale explicar que a primeira remete ao compartilhamento e comentários de notícias e outros conteúdos (texto, vídeo etc.) produzidos pelos órgãos da grande mídia (e.g., jornais e portais de referência) e também por veículos de expressão mais modesta (informativos de nichos, como os de bairro, partidos políticos, entre outros), mas sem a existência de uma associação direta entre os secundaristas e os produtores desses materiais. Ao contrário, a subcategoria *Mídia: estudantil* caracteriza-se pela divulgação, por meio dos compartilhamentos nas páginas do Facebook, de conteúdos produzidos pelos próprios estudantes das escolas ocupadas ou de coletivos que procuraram organizar o movimento. Nesse último caso, duas páginas se destacam: *Não fechem minha escola*, criada em outubro de 2015, por secundaristas ligados a uma rede educativa popular, e *O Mal Educado*, página do coletivo de mesmo nome, fundado em 2012, por jovens com experiências em mobilizações estudantis secundaristas. Essas duas páginas tanto compartilhavam conteúdos produzidos pelas escolas ocupadas – atuando como “nós” de rede – quanto elaboravam postagens próprias, que foram compartilhadas pelos estudantes.

Os conteúdos classificados na subcategoria *Mídia: não estudantil* estão ligados ao compartilhamento de notícias que se relacionam às ocupações, sendo que os comentários das postagens, muitas vezes, criticam supostas parcialidades. Há também formas de compartilhamento que indicam mais orgulho, quando as matérias informativas ou opinativas têm algum teor elogioso. Já os materiais classificados na subcategoria *Mídia: estudantil* remetem às formas mais elaboradas e diversificadas (notícias, vídeos informativos e musicais, *memes*, manuais com estratégias de ação¹⁶) de uso da mídia do que as de outras postagens, podendo dialogar, muitas vezes, com o repertório da cultura popular massiva que permeia o cotidiano juvenil, o que potencialmente favorece a comunicação e a transmissão de mensagens. Como a discussão anterior apontou, os mecanismos que compõem a política participativa, como a produção e circulação de conteúdos midiáticos na *Internet*, permitem que os cidadãos se sintam capazes de expressar suas preocupações políticas de maneira muito mais acessível.

Nessa perspectiva, há dois exemplos de vídeos bastante significativos. Ambos são paródias, no primeiro caso, da abertura do filme *Star Wars*, com o texto associando o governador (“Imperador Alckmin”) e o secretário de educação (“*Darth Voorwald*”) aos vilões do filme, no vídeo chamado *Guerra das escolas*. No segundo vídeo, a notória cena de ira de Hitler no filme *A queda* recebe uma legenda fictícia, como se o ditador representasse o Governador do Estado, recebendo notícias sobre as ocupações das escolas (Figura 3). É difícil saber se esses materiais foram produzidos por estudantes, já que não possuem créditos, no entanto, foram veiculados pelas páginas das ocupações, exemplificando estratégias de uso das mídias como ferramentas de política participativa.

16 Vale notar que, entre esses manuais, havia um dedicado a explicar “Como filmar a violência policial em protestos”, produzido por entidades voltadas aos direitos humanos.

Figura 3 – Exemplos de postagens de vídeo da subcategoria *Mídia: estudantil*



Fonte: <https://goo.gl/kZpYj4> e <https://goo.gl/nDPJSw>.

A produção simbólica dos estudantes foi com frequência pensada em termos de suas possibilidades midiáticas e digitais, assim, Campos et al (2016) consideram que a primeira intervenção artística na luta contra a reorganização foi um vídeo em que os alunos da escola Antonio Viana de Souza cantam, de maneira performática, já que estão sentados nas cadeiras escolares com os olhos vendados, a música *Cálice*, de Chico Buarque e Gilberto Gil. Ao fim desta música, uma aluna retira a venda e declama um texto contra a reorganização e depois todos os outros estudantes tiram suas vendas e cantam trecho de outra música de protesto. Este vídeo rapidamente circulou na *Internet* e se encontra em diferentes endereços desta plataforma, alcançando quase 135 mil visualizações, num deles¹⁷.

A *mobilização transmídia* mostra-se, assim, como uma estratégia particular de utilização da mídia para movimentos sociais em rede, de modo que os conteúdos que fluem pelas plataformas digitais como Facebook, Twitter, Instagram, podem ser distribuídos de maneira estratégica e coordenada pelos ativistas, por exemplo, com a circulação de vídeos e *memes* em redes dispersas com objetivo de dramatizar narrativas políticas, motivando não apenas os participantes dos movimentos, como os potenciais apoiadores. No caso do movimento paulista, há uma aproximação ao conceito de “política participativa” também pelo diálogo das produções midiáticas dos estudantes com elementos humorísticos ou da cultura *pop*, como mostram os *memes* da Figura 4.

17 Ver: <https://goo.gl/c0dbvV>.

Figura 4 – Exemplos de postagens de memes da subcategoria *Mídia: estudantil*



Fonte: <https://goo.gl/QBRPpf>, <https://goo.gl/yuvVvu> e <https://goo.gl/rw4IU>.

O mundo *offline* e o virtual se cruzam em termos de uso e produção midiática, o que ficou claro no comentário de uma jovem durante o grupo de discussão. Ela mencionou que seu envolvimento com a mobilização cresceu conforme teve contato com o Comando das Escolas Ocupadas, “que era um espaço onde as escolas ocupadas e algumas outras escolas [...] se reuniam para discutir o que estava acontecendo e como iam prosseguir a luta e isso fez a gente conseguir aumentar a nossa rede de comunicação”. O que deixou clara a diluição das fronteiras entre o *online* e o *offline* foi o fato de que, posteriormente, esclarecendo sua fala, a jovem explicou que, por “espaço”, referia-se à página do Facebook do Comando. Quanto à produção simbólica, a característica comentada pode ser percebida no caso da música *Escola de Luta* (versão do *funk* de sucesso *Baile de Favela*), composta pela dupla de apoiadores do movimento MC Foice e Martelo. Divulgada pela *Internet*¹⁸ e replicada pelas páginas das ocupações, a música era cantada nas manifestações, nas quais os secundaristas trocavam as escolas citadas na letra pela sua, reforçando a identidade da mesma como *escola de luta*.

Considerações finais

Torres e Costa (2012), num trabalho em que analisam postagens em *Fotologs* desenvolvidos pelos estudantes chilenos da *Revolução dos Pinguins* de 2006, indicam que esses espaços digitais funcionaram como ferramentas de ação e organização do movimento. A partir de nossa análise, podemos dizer o mesmo quanto às páginas de Facebook das ocupações. Com preocupações diferentes das nossas, ao categorizarem as postagens dos *Fotologs*, os autores mencionados indicaram que a categoria *Identidade*, isto é, as mensagens que expressam adesão e pertencimento ao movimento, foi a que somou mais conteúdos. Eles atribuem isso à condição específica dos adolescentes e à necessidade de os indivíduos dessa faixa etária encontrarem espaços em que possam discutir com seus pares

18 Ver: <https://goo.gl/LfsrVF>.

e desenvolver identificações. Podemos dizer que, em diferentes medidas, as três principais categorias analisadas possuem também esse componente de construção identitária por parte dos participantes do movimento.

O depoimento dado por uma estudante no documentário *Lute como uma menina* (2016) é significativo: “Quando a gente decidiu ir para a rua, eu falei: vamos [...]. O que a gente vai levar? Apito, buzina, bexiga... Não sabia o que levar. Como ir para a rua? Era tipo... pesquisar no *Google*: como fazer uma manifestação?”. Quer dizer, as tecnologias propiciavam acesso a conhecimentos e contatos com pessoas que podiam acelerar o processo de construção de uma identidade ativista. Esta ação é particularmente importante para os jovens que não possuem um capital cultural familiar que favoreça o engajamento político, conforme se observou no grupo de discussão, no qual as adolescentes que tinham um histórico de militância familiar valorizavam menos as tecnologias do que as demais.

No entanto, é possível avançar, notando que a mídia no contexto das ocupações das escolas paulistas permitiu que os estudantes fossem, num curto espaço de tempo, *socializados* como ativistas, aprendessem a agir como militantes engajados numa causa com a qual tinham forte proximidade e interesse. Na verdade, o afeto acaba sendo central no processo de mudança dos valores, crenças e padrões culturais da sociedade, assim como a mudança social envolve lutas entre os códigos culturais, por meio das quais o significado social é produzido, mantido ou alterado (MELUCCI apud BROUGH; SHRESTHOVA, 2012).

Embora os códigos da cultura popular não possam sempre desempenhar um papel efetivo nas mobilizações, podem ajudar a chamar a atenção para certas campanhas dos movimentos, servindo como combustível da formação da identidade coletiva juvenil por meio de significados sociais compartilhados. Muitos dos jovens produtores de mídia puderam, como vimos, aproximar seus interesses culturais ao movimento estudantil, o que faz com que possamos dizer, afinal, que a *política participativa* é um conceito importante e condizente para compreender a mobilização.

Isso pode ser reforçado, ao retornarmos às possibilidades e às limitações da política participativa discutidas por Cohen e Kahne (2011). Assim, quanto às possibilidades observadas no caso das ocupações escolares em São Paulo, é possível dizer que houve, em diferentes medidas: o alcance a grupos sociais que não conheceriam o movimento sem tal estratégia (ou que poderiam ter informações sobre ele, mas não nos termos desejados pelos estudantes); a mobilização de novos ativistas (que explica o crescimento paulatino do movimento); o desenvolvimento de uma criatividade midiática e política, como mostram as produções citadas nesse artigo; a possibilidade de contornar e confrontar a informação produzida pelos meios hegemônicos, no caso, a imprensa e o Governo. É esse conjunto de fatores que permitiu que os estudantes tivessem êxito na sua reivindicação principal: o cancelamento da “reorganização escolar”, ocorrida após tentativas de negociação que o governo só fez quando o movimento estudantil tinha se fortalecido.

Saberemos no futuro se o movimento das ocupações foi capaz de despertar e enraizar o interesse pela participação cívica e política em certa fração da juventude, o que poderá se expressar, por exemplo, na utilização mais ampla de estratégias de política participativa em outras dimensões sociais. Ou mesmo na continuidade de movimentos estudantis, talvez não tão dramáticos, nem tão reativos, mas que consigam, entre outras preocupações, dar maior densidade política e reivindicatória a demandas que emergiram no momento estudado – por exemplo, a democratização do ambiente escolar.

Aliás, pode-se especular que é somente com elevada noção democrática que a própria instituição escolar, como um todo, poderá estimular e promover a política participativa entre os jovens. O que pode ser pensado em termos de práticas pedagógicas e estruturas curriculares. O diálogo da escola com essa forma de participação seria importante para qualificá-la, de modo a também contornar possíveis limites e riscos, como o da apropriação apenas pelos estudantes de grupos social e economicamente privilegiados, assim como o seu uso como manifestação de narcisismo juvenil – até mesmo na expressão de ideias incoerentes ou discursos políticos de ódio.

Referências

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <<https://goo.gl/NSg2ds>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

BROUGH, Melissa M.; SHRESTHOVA, Sangita. Fandom meets activism: rethinking civic and political participation. **Transformative Works and Cultures**, v.10, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/MGhL7m>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016. 352p.

CASTELLS, Manuel. **Networks of outrage and hope: social movements in the Internet age**, New York: John Wiley & Sons, 2015. 328p.

CASTILHO, Fernanda; ROMANCINI, Richard. Minas de Luta: cultura do quarto virtual nas ocupações das escolas públicas no Brasil. In: XXVI ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, São Paulo, 06 a 09 jun. 2017. **Anais...** Disponível em: <https://goo.gl/sggXBj>. Acesso em: 08 jul. 2017.

COHEN, Cathy J.; KAHNE, Joseph. **Participatory Politics**. New Media and Youth Political Action. Oakland, CA: Youth and Participatory Politics Research Network, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/WbpbpX>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

JENKINS, Henry. Youth Voice, Media, and Political Engagement - Introducing the Core Concepts. In: JENKINS, Henry et al. **By any media necessary: The new youth activism**. New York: NYU Press, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/ovHAB5>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

LUTE como uma menina. Produção e direção: Direção: Flávio Colombini e Beatriz Alonso. São Paulo, 2016. Vídeo digital (1h16min17s), son., color. Disponível em <<https://goo.gl/N19q55>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, v.9, n.18, p.248-285, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/1tTp4G>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MAIA, Rousiley C. M. *Internet* e esfera pública: limites e alcances da participação política. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, Wilson; MARQUES, Francisco P. J. A. (Orgs.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p.47-91.

MARTUCCELLI, Danilo. Esfera pública, movimentos sociais e juventude. In: SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio (Orgs.). **Internet e mobilizações sociais: transformações do espaço público e da sociedade civil**. São Paulo: Ed. Plataforma Democrática, 2015. p.61-100. Disponível em: <<https://goo.gl/tKHCdh>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: FÁVERO, Osmar et al (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p.29-45. Disponível em: <<https://goo.gl/23z8KT>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

NÚCLEO de Informação e Coordenação do Ponto BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2015**. São Paulo: Comitê Gestor da *Internet* no Brasil, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/ekCc0U>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ORTELLADO, Pablo. Prefacio – A primeira flor de junho. In: CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016.

PLEYERS, Geoffrey. Ativismo das ruas e *on-line* dos movimentos pós-2011. **Lutas Sociais**, v.17, n.31, p.87-96, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/j6MRgZ>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

PORTILLO, Maricela et al. De la generación x a la generación @: trazos transicionales e identidades juveniles en América Latina. **Última década.**, Santiago, v.20, n.37, p.137-174, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/CcaUoh>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SORJ, Bernardo. *Online/off-line*: o novo tecido do ativismo político. In: SORJ, Bernardo; FAUSTO, Sergio (Orgs.). **Ativismo político em tempos de Internet**. São Paulo: Ed. Plataforma Democrática, 2016. p.11-37. Disponível em: <<https://goo.gl/w2kaHl>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

TORRES, Rodrigo; COSTA, Paola. Uso e impacto de las redes sociales de *Internet* sobre las movilizaciones juveniles en Chile: ¿hacia nuevas formas de organización colectiva? In: DOLORES SOUZA, María; CABELLO, Patricio; DEL VALLE, Carlos (Eds.). **Medios, edades y cultura**. Temuco, Chile: Ediciones Universidad de La Frontera, 2012. p.117-138. Disponível em: <<https://goo.gl/uPwh1G>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

Richard Romancini

Professor adjunto do Departamento de Comunicações e Artes, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (CCA/ECA/USP). Mestre e doutor em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP. Seus interesses de pesquisa são educomunicação, metodologia da pesquisa e história da comunicação. É autor do livro *História do Jornalismo no Brasil* (com Cláudia Lago, Florianópolis: Insular, 2007) e de artigos em revistas científicas. E-mail: richard.romancini@gmail.com.

Fernanda Castilho

Pós-doutoranda na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Professora do Centro Estadual Paula Souza, Fatec Barueri. Doutora e mestre pela Universidade de Coimbra. Participou de vários projetos de pesquisa internacionais, como: Inclusão Digital e Participação, UT Austin-Portugal e Observatório Ibero-americano de Ficção Televisiva (OBITEL). Organizadora, com Isabel Ferin Cunha e Ana Paula Guedes, do livro *Ficção Seriada Televisiva no Espaço Lusófono* (Covilhã: Labcom.IFP: 2017, disponível em: <https://goo.gl/5Q6ynd>) e autora de artigos em revistas científicas. Seus interesses de pesquisa mais recentes são: gênero e mídia, estudos de fã, transmídia, novas metodologias e cultura popular. E-mail: fernandacasty@gmail.com.

Recebido em: 06.03.2017

Aceito em: 05.07.2017